



VBV

Nº 70037829363

2010/CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Não merecem provimento os embargos declaratórios, pois a decisão embargada não encerra omissão, obscuridade ou contradição, bem como inexistente erro material a reclamar correção.

EMBARGOS DESACOLHIDOS. UNÂNIME.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70037829363

COMARCA DE PORTO ALEGRE

MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL

EMBARGANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE SAPUCAIA DO
SUL

REQUERIDO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
DO RS

INTERESSADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em desacolher os embargos de declaração.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DESEMBARGADORES LEO LIMA (PRESIDENTE), DANÚBIO EDON FRANCO, LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, MARCELO BANDEIRA PEREIRA, GASPAR MARQUES BATISTA, ARNO WERLANG, MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, NEWTON BRASIL DE LEÃO, FRANCISCO JOSÉ MOESCH, JOSÉ ANTÔNIO HIRT PREISS, LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA, VOLTAIRE DE LIMA MORAES, AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO, RICARDO RAUPP RUSCHEL, MARCO AURÉLIO**



VBV
Nº 70037829363
2010/CÍVEL

HEINZ, JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO, CARLOS RAFAEL DOS SANTOS JÚNIOR (IMPEDIDO), LISELENA SCHIFINO ROBLES RIBEIRO, GENARO JOSÉ BARONI BORGES, ORLANDO HEEMANN JÚNIOR, ALZIR FELIPPE SCHMITZ E CLÁUDIO BALDINO MACIEL.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

DES. VICENTE BARROCO DE VASCONCELLOS,
Relator.

RELATÓRIO

DES. VICENTE BARROCO DE VASCONCELLOS (RELATOR)

Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pelo MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL ao v. acórdão das fls. 496-502, sustentando a existência de omissão, contradição e obscuridade, pois: (a) omissão quanto ao pedido de fixação de prazo razoável e de fundamentação quanto à afronta à Constituição Estadual e Federal; (b) obscuridade e contradição, pois a inicial trata apenas dos cargos de Assessor II – Diretoria de Gabinete do Prefeito e Chefe de Serviço de Recepção – Protocolo, pelo que a declaração de inconstitucionalidade dos demais cargos de Assessor I, Assessor III e Assessor IV, Assessor II e Chefe de Serviço que não os descritos na inicial, não poderiam ser declarados inconstitucionais; (c) há obscuridade na parte do acórdão que manifesta estranheza quanto à criação de cargos de comissão, pois mesmo com o julgamento da Adin anterior é cabível a manutenção de parte da estrutura administrativa; (d) não existe nas constituições exigência que as funções sejam de alta qualidade técnica; (e) não foram explicitadas as razões pelas quais foram declarados inconstitucionais os cargos de Assessor I a IV e Chefe de Serviço; (f) a decisão é *ultrapetita*, pois a inicial não abrange o cargo de comissão de



VBV
Nº 70037829363
2010/CÍVEL

Diretor padrão CC5 e de Assessor I Padrão CC7. Postula a procedência dos embargos, também para fins de prequestionamento. É o relatório.

VOTOS

DES. VICENTE BARROCO DE VASCONCELLOS (RELATOR)

Não há questões concernentes ao litígio que deveriam ter sido decididas e não foram. Diante disso, não existe qualquer omissão no julgado a justificar as postulações.

O v. acórdão não está eivado de vício de obscuridade, pois ele é completo e explícito em seu real sentido, nada havendo para ser aclarado.

Igualmente, não há nenhuma contradição, pois as proposições do v. acórdão se apresentam harmônicas e em momento algum são dissonantes.

Inexiste erro material a reclamar correção.

Acrescento que não há omissão quanto ao pedido de fixação de prazo razoável para que ocorra a extinção dos cargos, pois o v. acórdão embargado é explícito ao mencionar que "tais circunstâncias recomendam que a presente decisão seja cumprida de imediato a fim de que os munícipes venham a se beneficiar do seu comando, sem adiamentos e se concretize a determinação judicial" (fl. 399, verso).

Também não prospera a alegação de que alguns cargos não restaram contemplados na inicial, razão pela qual o julgamento teria se dado de forma *ultrapetita*. Na fl. 04 são descritos claramente os cargos impugnados (Secretário, Procurador-Geral, Chefe de Gabinete do Prefeito, Assessor I, Procurador-Geral Adjunto, Diretor Geral, Diretor, Assessor II, Assessor III, Assessor IV e Chefe de Serviço), não havendo óbice à declaração de inconstitucionalidade.



VBV
Nº 70037829363
2010/CÍVEL

Os embargos de declaração não constituem via adequada para, simplesmente, provocar nova decisão sobre questão jurídica já decidida fundamentadamente (REsp nº 554.993/Direito).

Não obstante a interposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância extraordinária se não houve omissão do acórdão que deva ser suprida. Desnecessidade, no bojo da ação julgada, de se abordar, como suporte da decisão, dispositivos legais e/ou constitucionais. Inexiste ofensa ao art. 535, II, do CPC, quando a matéria enfocada é devidamente abordada no âmbito do voto do aresto *a quo* (AGA nº 574851/Delgado).

Por tais razões, desacolho os embargos de declaração.

TODOS OS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DES. LEO LIMA - Presidente - Embargos de Declaração nº 70037829363, Comarca de Porto Alegre: "À UNANIMIDADE, DESACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO." Impedido o Desembargador Carlos Rafael dos Santos Júnior.

	<p><i>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</i></p> <p>Signatário: VICENTE BARROCO DE VASCONCELLOS Nº de Série do certificado: 3335F12732B4C746 Data e hora da assinatura: 22/11/2010 17:05:59</p> <p><i>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site.php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7003782936320102279802</i></p>
--	--